

## INTRODUÇÃO

Os escritos de Karl Marx em que aborda o tema da colonização são relativamente poucos em número, mas ainda assim ocupam várias centenas de páginas. Espalhados, eles têm estatutos muito diferentes, tanto artigos de imprensa, cartas, notas de leitura, tanto passagens dos grandes livros. Esses textos interessam-se pelas margens da história do capitalismo, as periferias da Europa, mas estão longe de ser anedóticos. É preciso, sim, saber recolocá-los numa reflexão sobre o futuro do mundo e sobre a sua transformação pela revolução. Não é exagero dizer que esses escritos são de facto indispensáveis para apreender, na sua complexidade, os percursos do pensamento teórico e da acção política de Marx<sup>1</sup>.

O termo "colonização" é mais frequentemente entendido por Marx no seu sentido moderno, como conquista militar e ocupação por uma potência metropolitana de territórios para dominar esses povos estrangeiros e explorá-los economicamente no quadro de um "império". O termo é igualmente empregue em referência à expansão mundial dos países da Europa que teve início no final do século XV e levou à "partilha do mundo" em benefício dos centros. A colonização é portanto inseparável da singularidade do modo de produção capitalista.

Marx é o herdeiro do Iluminismo e sobretudo de Hegel. Os *Princípios da Filosofia do Direito* (parágrafos 245 a 249) mostravam a sociedade civil apanhada nas suas contradições e condenada a sair dela mesma para as resolver, fazendo-as suportar por outros povos, e tentando crescer de forma ilimitada. Hegel acrescentava, no entanto, que este meio não oferece solução aos conflitos da sociedade civil, apenas os transporta sob o risco de os reproduzir num espaço mais vasto, com maior intensidade<sup>2</sup>.

Marx escreve, com Engels, sobre a colonização entre as décadas de 1840 e 1880. A época é importante. Estamos entre o período do capitalismo mercantil, da tomada do comando pela indústria, da livre concorrência, da hegemonia da Inglaterra, que Marx vê a findar, por um lado, e, por outro, o período do imperialismo, da reconquista do mundo pelos monopólios, que trará a supremacia da finança norte-americana, um tempo que ainda não havia chegado. Este é o momento a partir do qual Marx fala da colonização, que é o do chauvinismo ocidental, da intolerância crescente, dos ideólogos racistas, dos ódios reaccionários do século XIX.

Apercebemo-nos da trajectória de uma reflexão teórico-política sobre a colonização. O que vemos, à medida que a sua investigação sobre o assunto se diversifica e se aprofunda, são

---

<sup>1</sup> Este artigo tem por base a introdução da obra *Friedrich Engels Karl Marx sur le colonialisme*, publicado em *Éditions critiques* (Paris) em Maio de 2018.

<sup>2</sup>Hegel (1995), § 245-249, p. 262-264.

evoluções, complexificações, até mesmo indeterminações e os mal-entendidos a que deram origem.

## I. O INVARIANTE DA REFLEXÃO: A DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA COLONIAL

Para Marx, a colonização é antes de tudo “o emprego da força armada”<sup>3</sup>, a violência da conquista de territórios e da subjugação dos povos. São muitos os exemplos nas suas obras que falam dos crimes, dos sofrimentos suportados, do esmagamento de milhões de vidas humanas. O paroxismo é alcançado, segundo ele, nas colónias inglesas, citadas como “modelos” de sociedades fundadas no ódio racial, nos massacres, na escravidão, os saques, as fomes organizadas, a repressão, a tortura, a segregação. Não admira: a Inglaterra é hegemonia mundial. Fala “*desses cães ingleses com nervos delicados, [da sua] hipocrisia*”<sup>4</sup>, da sua crueldade (na Jamaica), dos “métodos filantrópicos em uso em [suas] colónias penais”<sup>5</sup> (na Índia), de “*abominações [cometidas] apenas por diversão*”<sup>6</sup> (na China) ...

Marx baseia-se em relatos oficiais da época, onde deve prevalecer a blindagem da propaganda da imprensa dominante (o “*sanguinário velho Times*” à cabeça) treinada para vociferar contra a “*selvajaria dos nativos*”, para se lamentar com as únicas vítimas de origem europeia, a encenar de facto a comédia “*Tartufo da vingança [para] fazer esquecer que [o governo inglês] é o responsável pelo mal que aconteceu*”<sup>7</sup>. Em nenhum momento omitiu os tormentos sofridos pelos povos colonizados. Disse-os, desde muito cedo, desde *A ideologia alemã*<sup>8</sup>, e mesmo antes<sup>9</sup>, embora de forma diferente das críticas anticolonialistas dos liberais, em geral

---

<sup>3</sup> Ver : Marx (1977a), *Le Capital*, Livro I, 8ª secção, capítulo XXVIII, (volume 3), p. 178.

<sup>4</sup> Carta de Marx a Engels de 20 de Novembro de 1865, em Marx e Engels (1978), *Textes sur le colonialisme*, p. 344.

<sup>5</sup> Artigo de Marx de 16 de Setembro de 1857 sobre a Primeira Guerra do Ópio, Marx e Engels (1978), p. 185

<sup>6</sup> *Idem*, p. 183.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 186.

<sup>8</sup> Um trecho de Saint Max expõe a punição de *Spanso bocho*, aplicada por colonos no Suriname. Ver: Marx e Engels (1968), p. 338

<sup>9</sup> Quando esboça o conceito de “*fetichismo*” nos “Debates sobre a lei em matéria de furto de madeira” (*Rheinische Zeitung*, 25 de Outubro - 3 de Novembro de 1842), Marx sublinha que é

falsamente generosos<sup>10</sup>, ou dos socialistas, cheias de bons sentimentos, mas perigosas porque arriscam o fracasso da revolução. A violência institucionalizada, aderente às estruturas da administração colonial, foi sempre mostrada sem rodeios; a ponto de Marx justificar com ela as rebeliões:

*Não apresentámos senão uma resenha breve e muito atenuada da verdadeira história da dominação inglesa na Índia. Perante tais factos, homens imparciais e razoáveis poderão talvez ser levados a interrogar-se se um povo não tem justificação para tentar expulsar os conquistadores, que cometeram tais abusos contra os seus súbditos.*<sup>11</sup>

As acusações de Marx decorrem da constatação de um facto histórico incontornável: a violência é intrínseca à génese do capital industrial. A colonização é um método pelo qual se realiza a acumulação primitiva, a mais brutal, mas que não é senão um dos meios entre outros utilizados pelo capital. Olha com os mesmos olhos para o capitalismo colonial ultramarino e o capitalismo da sociedade burguesa no centro do sistema mundial, que expropria os camponeses, os lança em *slums* sórdidos, impõe uma vida infra-humana aos proletários. São as duas faces da mesma realidade, a da expansão do capital.

*Ao mesmo tempo que a indústria algodoeira introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, nos Estados Unidos ela transformava o tratamento (...) dos negros num sistema mercantil. Era necessário um pedestal para a escravidão dissimulada dos assalariados na Europa, a escravidão aberta do Novo Mundo.*<sup>12</sup>

A denúncia da violência colonial é, portanto, a invariante da reflexão de Marx. No entanto, sobre esta grelha crítica constante, são perceptíveis evoluções extremamente importantes.

## II. NO PONTO DE PARTIDA, A MODERNIZAÇÃO E A CIVILIZAÇÃO

Os primeiros textos de Marx prometem todavia a modernização e a civilização por meio da colonização. Ele está então convencido de que a vitória do proletariado inglês será o sinal da

---

*"para salvar os homens"* que os ameríndios de Cuba, *"que viam no ouro o fetiche dos espanhóis"*, *"o atiravam ao mar"*...

<sup>10</sup> A título de ilustração, ver a análise crítica da posição anticolonialista de Jean-Baptiste Say: Herrera (2014). Alguns pontos de vista britânicos sobre colonização e escravidão são discutidos em: Herrera (2003).

<sup>11</sup> *"Investigations into Torture in India"*, *New York Daily Tribune* (28 de Agosto de 1857), *Texts on Colonialism*, p. 176

<sup>12</sup> Marx (1977a), 8ª seção, capítulo XXXI, (volume 3), p. 201

libertação das nações oprimidas - incluindo na Europa (Irlanda, Polónia ...). É o tempo do optimismo, transportado por uma visão da história impulsionada pela luta de classes e pelas revoluções que se aproximam (1848). A conquista da Índia, a da Argélia, são vistas como oportunidades decisivas para esses países. A colonização é uma agressão, certamente insustentável, mas efectivamente um progresso. Os seus artigos de 1853 no *New York Daily Tribune* - influente jornal progressista norte-americano no qual Marx lutou contra as tendências anti-socialistas - carregam o traço e interpretam a colonização da Índia como "*revolucionária*":

*[A Inglaterra, no (...) Hindustão, era guiada por interesses abjectos e agia de forma estúpida para atingir os seus objectivos. (...) Foi um instrumento inconsciente da história ao provocar essa revolução].*<sup>13</sup>

Esta apresentação positiva da colonização remete ao *Manifesto*, para o qual burguesia e civilização coincidiam ou estavam bastante de acordo. A civilização personifica então a indústria inglesa e a superioridade da burguesia. Esta última, apesar de tudo, dissolve o feudalismo, põe em acção as forças produtivas e torna portanto necessária - e possível - a transição para uma sociedade sem classes<sup>14</sup>. É ela quem, através da colonização, desagrega as antigas comunidades que escravizam os povos não europeus e alarga, para além da Europa, o seu domínio sobre o mundo. Engels está na mesma linha e em 1848 os dois autores ficaram do lado dos Estados Unidos contra o México. O governo dos Estados Unidos, ao serviço dos escravagistas e, no norte do México, dos especuladores de terras, é condenado, mas sem que a colonização seja questionada. Marx e Engels têm a expectativa de ver os Estados Unidos desempenhar um papel na viragem do mundo, e antecipam já a mudança que se aproxima do centro hegemónico do sistema mundial<sup>15</sup>.

O "avanço" colonial tem é certo um preço humano muito alto:

*A burguesia já alguma vez realizou um progresso sem arrastar os indivíduos e os povos pelo sangue e a lama, a miséria e a degradação?*<sup>16</sup>

pergunta Marx (artigo de 1853 sobre a Índia). A "civilização" burguesa tem duas faces:

*A profunda hipocrisia e a barbárie inerente à civilização burguesa revelam-se perante os nossos olhos ao passar do seu lar nativo, onde assume formas respeitáveis, às*

---

<sup>13</sup> Marx e Engels (1978), p. 42

<sup>14</sup> Marx e Engels (1965), p. 163

<sup>15</sup> Marx e Engels (1988a), volume 7, p. 213-225 (artigo de Fevereiro de 1850 no *Neue Rheinische Zeitung*).

<sup>16</sup> Marx e Engels (1978), p. 97

*colônias onde se apresenta sem véu*<sup>17</sup>. *Será apenas quando uma grande revolução social tiver dominado essas realizações da época burguesa [que] o progresso humano deixará de se parecer com esse hediondo ídolo pagão que não queria beber o néctar senão no crânio das vítimas.*<sup>18</sup>

Enquanto esperam, os países conquistados são forçados a inserir-se no caminho da "civilização". Isso – digamo-lo - sem negar a civilização própria do país colonizado. Passarão anos até que a condenação do colonialismo se sistematize. Pois, por muito tempo, a análise de Marx será sobretudo conduzida em termos de destruição-regeneração.

### **III. A COLONIZAÇÃO COMO DINÂMICA DE DESTRUIÇÃO-REGENERAÇÃO**

A explicação da gênese do capital dada no Livro I do *Capital* coloca a colonização no cerne da acumulação primitiva, que não se limita à Europa<sup>19</sup>. O desenvolvimento do capital ocorre pela dissolução do feudalismo (concentração fundiária, cercamentos, separação do trabalhador dos meios de produção, força de trabalho liberada, divisão do trabalho) e, ao mesmo tempo, pelo alargamento ao mundo da esfera de dominação do capital. É a face externa do processo, por vezes negligenciado, que se traduz a colonização das sociedades pré-capitalistas localizadas fora de seu campo de acção. O englobamento das zonas exteriores ao mundo da mercadoria efectua-se por meio de uma dinâmica de destruição-regeneração, sobre o modelo reiterado da *Aufhebung* (superação por supressão-conservação). Destruição significa aqui a substituição por novas relações e estruturas das formas anteriores em desagregação. Esse processo é ilustrado no artigo de 1853 "Os resultados eventuais da dominação britânica na Índia": A Inglaterra tem aí uma missão dupla: 1) destrutiva e 2) regenerativa; a aniquilação da velha sociedade e o lançamento das bases materiais da sociedade moderna.

A intrusão britânica na Índia destruiu toda a entidade socioeconômica. Após a conquista, os capitalistas substituem as relações mercantis pelo controlo das produções locais. Isso passa pela transformação do sistema fundiário. A condição da produção capitalista, diz o Livro I, é "a propriedade do solo arrancada das mãos da massa"<sup>20</sup>. Libertar a terra é individualizar a sua propriedade. Com base na interdependência agricultura/artesanato, o modo pré-capitalista

---

<sup>17</sup> *Idem*, p. 98

<sup>18</sup> Marx e Engels (1978), p. 99

<sup>19</sup> Marx (1977a), 8ª seção, capítulo XXXI, § "O regime colonial", (volume 3), p. 193

<sup>20</sup> Marx (1977a), 8ª seção, capítulo XXXIII, (volume 3), p. 209

entra em colapso<sup>21</sup>. O capital dispõe de armas formidáveis no mercado colonial, como os preços baixos dos produtos manufacturados. Entre a metrópole e as suas colónias, o intercâmbio é desequilibrado - desigual, dir-se-á. As diferenças das estruturas produtivas e portanto de produtividade do trabalho em benefício do país colonizador, que ao mesmo tempo produz mais valor, levam a lucros extra. A lei do valor esmaga o país submetido, pois o monopólio colonial permite aos capitalistas europeus venderem as suas mercadorias acima do valor determinado na metrópole. Essa concorrência manipulada ("desleal") destrói as actividades das colónias, menos produtivas. Actua "de forma revolucionária"<sup>22</sup>, destrói a sociedade colonial.

A regeneração pode então surgir, "através de um monte de ruínas". Marx pinta um quadro surpreendente do progresso susceptível de ser trazido à colónia pela penetração do capital<sup>23</sup>: unidade política do país, imprensa livre, educação, meios de transporte, propriedade privada da terra, "libertação" da força de trabalho. trabalho rural à disposição das indústrias nascentes ... Na Índia e em outros lugares, a Inglaterra devasta, o seu exército saqueia, a sua indústria destrói, o seu capital drena os sobre-lucros. Mas o capital investe, constrói, reorganiza o sistema produtivo a ponto de criar as condições para a sua futura expulsão, tão dinâmico é o desenvolvimento local previsto.

A respeito dessas previsões para o futuro, deve reconhecer-se que Marx se enganou; ou que não retirou as consequências dos encadeamentos que havia descoberto. Nos *Manuscritos de 1857-58 (Grundrisse)*, entretanto, ele especifica que o desenvolvimento da produção mercantil simples não conduz necessariamente à produção mercantil capitalista, que pode levar a "outra coisa [que não o capital]"<sup>24</sup>. O Livro I termina pelo exame descritivo das colónias de povoamento (e das teses de Wakefield), mas, no início do Livro II Marx deixa de falar de colónias<sup>25</sup>; apresenta *in abstracto* o modo de produção capitalista e nada diz das articulações do capitalismo sobre outros modos de produção, fora da Europa, que ainda não substituiu. Além disso, não se sabe como teria escrito os trabalhos que queria consagrar às colónias e anunciado no seu "plano de 1857" - mas que no final não teve tempo de escrever.

---

<sup>21</sup> Marx e Engels (1978), p. 37-39

<sup>22</sup> Marx (1977c), Livro III, seção 4, capítulo XX, (volume 1), p. 341-342. Também: Marx e Engels (1978), p. 41

<sup>23</sup> Marx e Engels (1978), p. 93-96

<sup>24</sup> Marx (1980), Parte III, 2ª seção, (volume 1), p. 410-452; especialmente p. 444

<sup>25</sup> Marx (1977b)

#### IV. O PROCESSO DE UNIFICAÇÃO DO MUNDO, CAMINHO PARA A REVOLUÇÃO

Entretanto, o que Marx afirma é que a colonização, enquanto expansão da dominação burguesa sobre o mundo, é uma etapa da unificação do mundo<sup>26</sup>, inerente à reprodução do capital que se submete à sua lógica as outras sociedades, segundo uma dialético mercado mundial-grande indústria<sup>27</sup>. O progresso decorre da inserção da colónia no sistema mundial, mesmo confinada às funções de receptáculo de emigrantes e fornecedora de matérias primas. E, claro, a vantagem económica da exploração colonial pelos capitalistas europeus é fundamental: a colonização actua em contra-tendência da lei da queda tendencial da taxa de lucro. É a oportunidade para lucros extra, superando a crise de sobreprodução.

Todavia, Marx não tem dúvidas de que a colonização levará à industrialização da periferia. Vê claramente os obstáculos (o regime colonial, a ausência de propriedade privada do solo), mas pensa que nenhuma resistência duradoura impedirá a ascensão do capital. A industrialização virá. Não se apercebe de que a ascensão do capitalismo no centro impedirá uma generalização homogénea do desenvolvimento. Nisso permanece prisioneiro do momento histórico que foi o seu. É depois dele que os monopólios vão bloquear a formação "normal" do capitalismo na periferia para a condenar ao subdesenvolvimento. Em suma, Marx não podia ainda captar que a constituição do capitalismo como um sistema mundial seria outra coisa que a extensão do modo de produção capitalista à escala mundial<sup>28</sup>.

Num artigo de 1853 sobre "Os resultados eventuais da dominação britânica na Índia", Marx relembra sua tese segundo a qual apenas as revoluções proletárias dos países avançados poderão a prazo abrir a era do socialismo. Entrevê a ascensão dos movimentos de libertação nacional, mas não diz mais do que isso sobre eles<sup>29</sup>. Em 1850, ele prevê mesmo um avanço tão rápido na China que não tardaria muito para poder-se ler estas palavras sobre a Grande Muralha: "República chinesa: liberdade, igualdade, fraternidade"<sup>30</sup>. O facto de admitir a possibilidade de uma revolução na China (ou em qualquer outro lugar do Sul: Índia, Egipto, Argélia) já é extraordinário em si, dado o racismo que então reinava. O alcance universalizante das esperanças de revoluções extra-europeias seria, por si só, suficiente para situar Marx no humanismo anti-racista radical. No entanto para ele, à época, as lutas dos povos colonizados

---

<sup>26</sup> Ver, por exemplo, *Oeuvres - Économie I, La Pléiade*, p. 1438-1451

<sup>27</sup> Marx (1977a), Livro I, seção 4, capítulo XV, VII, (volume 2), p. 131-132

<sup>28</sup> Herrera (2001a), p. 201-221

<sup>29</sup> Marx e Engels (1978), p. 92

<sup>30</sup> Artigo publicado no nº 2 do *Neue Rheinische Zeitung, Politischökonomische Revue* de Janeiro-Feveiro de 1850

não são ainda senão um complemento ou uma extensão da tarefa que incumbia apenas ao proletariado europeu. É a partir do nível industrial mais elevado possível que se tratava efectivamente de fundar o modo de produção superior, comunista.

Marx não minimiza a gravidade da colonização; diz que o destino dos povos colonizados é pior que o dos trabalhadores metropolitanos. Não presta menos atenção a uns do que a outros. Ele pensa então que a expansão do capital é terrivelmente dolorosa, mas que é inevitável e envolve todos os povos no mesmo movimento, até reunir finalmente à escala global, para a sua emancipação de todos, as condições da revolução mundial.

No entanto, Marx e Engels vão radicalizar a sua denúncia do facto colonial entendendo que era necessário imunizar os europeus contra o veneno do racismo, destilado pelas suas burguesias. Engels escreve em 1856:

*Damo-nos conta de que a chamada liberdade dos cidadãos ingleses se baseia na opressão das colónias*<sup>31</sup>.

Não podiam aperceber-se das determinantes do que viria a ser o imperialismo, mas vêm que as colónias são exploradas em benefício das sociedades centrais no seu conjunto, incluindo o proletariado, e que o aburguesamento de fracções da classe operária representa um perigo.

Engels:

*Que pensam os operários ingleses da política colonial? Pois bem, a mesma coisa que os burgueses.*<sup>32</sup>

E adiante:

*Os operários participam do monopólio colonial da Inglaterra e vivem alegremente com isso.*<sup>33</sup>

Poucos marxistas do Norte ousam aventurar-se neste terreno tabu que bloqueia a reactivação do internacionalismo dos trabalhadores do Norte em relação aos povos do Sul, quase extinto<sup>34</sup>.

Marx era menos tímido, quando fala de:

---

<sup>31</sup> Marx e Engels (1978), p. 340

<sup>32</sup> *Idem*, p. 357-358

<sup>33</sup> Carta de Engels a Kautsky de 12 de Setembro de 1882, em Marx e Engels (1978), p. 357-358

<sup>34</sup> Emmanuel (1969), com apresentação crítica e considerações teóricas de C. Bettelheim



*milhões de operários, condenados a morrer nas Índias, para conseguir para o milhão e meio de trabalhadores em Inglaterra na mesma indústria três anos de prosperidade em cada dez.*<sup>35</sup>

Trata-se de designar o proletariado das colónias como força revolucionária de futuro! Chegou mesmo a exprimir o receio de ver um dia a burguesia dos países colonizados em plena expansão, constituir uma força capaz de esmagar a revolução que irromperia no centro<sup>36</sup>. Para além do paradoxo (revolução nos países avançados / aburguesamento dos operários), trata-se de facto de uma corrida contra o tempo: a revolução a Norte chegará a tempo<sup>37</sup>?

## **INFLEXÃO N ° 1: QUESTÕES COLONIAL E NACIONAL**

Uma primeira inflexão na reflexão de Marx sobre a colonização ocorre no final da década de 1850. Diz respeito às resistências do povo irlandês à dominação inglesa, que se exacerbam durante o outono de 1857. A questão colonial é abordada, pela primeira vez, em clara ligação com a questão nacional<sup>38</sup>. O conflito irlandês, colonial e nacional, obriga portanto a pensar a relação entre a luta de classes na metrópole e a libertação nacional da colónia.

Marx acompanha de perto os acontecimentos da Irlanda e a formação das suas organizações nacionalistas, entre as quais o fenianismo, cuja actividade insurreccional se intensifica a partir de 1859. No início da década de 1860, Marx toma consciência de que a luta do movimento operário inglês está hipotecada pelo problema irlandês. Daí que a emancipação nacional da Irlanda será entendida como "a condição da qual depende a emancipação social dos trabalhadores ingleses"<sup>39</sup>. Essa mudança está ligada à constatação de uma cisão dentro da classe operária em Inglaterra: os operários não formam uma frente única contra os capitalistas, mas estão divididos segundo um critério de nacionalidade. Em 1869, Marx diz ter:

---

<sup>35</sup> Marx (1961), p. 90

<sup>36</sup> Carta de Marx a Engels de 8 de Outubro de 1858, em Marx e Engels (1978), p. 343

<sup>37</sup> Herrera (2001b)

<sup>38</sup> Carta a L. Kugelman, 29 de Novembro de 1869, Marx e Engels (1978), p. 348-350. Ver também: Marx (1977a), 7ª secção, capítulo XXV, V.6. "Irlanda", (volume 3), p. 141

<sup>39</sup> Carta de Marx a Meyer e Vogt de 9 de Abril de 1870, em Marx e Engels (1978), p. 352-355

*Cada vez mais chego à conclusão (...) de que a classe operária inglesa nada poderá fazer de decisivo em Inglaterra enquanto não romper com a política das classes dominantes, e fizer causa comum com os irlandeses.*<sup>40</sup>

Para articular lutas operária e nacional, relações de classes e de nações, Marx fala da nação oprimida («*oppressed Irish*») e da nação opressora («*oppressors*» ingleses)<sup>41</sup>; os dois sendo concebidos como um todo cobrindo a natureza de classe da opressão do proletário pelo burguês. Em outras palavras, às relações *intranacionais* de exploração de classes vêm agora sobrepor-se relações *internacionais* de dominação. Tem-se aqui uma potencialidade emancipatória dos ideais nacionalistas do país dominado de que beneficiam os proletários do país dominante onde, em contrapartida, um nacionalismo colonialista serve a burguesia. A Irlanda torna-se detonador das lutas inglesas. Marx especifica:

*Durante muito tempo acreditei que seria a ascensão do movimento operário britânico que permitiria derrubar o regime irlandês. Um estudo mais sério convenceu-me do contrário. A classe operária inglesa não fará nada até se desembaraçar da Irlanda. É na Irlanda que a alavanca deve ser aplicada.*<sup>42</sup>

A ordem de prioridades, invertida, milita a favor de uma aliança: as lutas pelo socialismo e pela libertação nacional são solidárias. Apoiar a autodeterminação da Irlanda é um dever dos operários ingleses, passando pelo fim dos preconceitos anti-irlandeses das *Trade-Unions*.

Marx:

*A luta de classes em Inglaterra, até então adormecida e preguiçosa, assumiria uma força vigorosa*<sup>43</sup>. *O único lugar onde podemos desferir um golpe contra a Inglaterra é a Irlanda*<sup>44</sup>.

O momento é decisivo na reflexão de Marx, mas é curto. Porque esta estratégia, construída sobre a convicção da iminência de uma revolução em Inglaterra, permanecerá no estado de esperança. Os factos frustraram as previsões, mesmo que a perspectiva de revolução europeia

---

<sup>40</sup> Marx e Engels (1978), p. 349

<sup>41</sup> Carta de Marx a Kugelmann de 29 de Novembro de 1869, em Marx e Engels (1978), p. 349

<sup>42</sup> Carta de Marx a Engels de 10 de dezembro de 1869, em Marx e Engels (1978), p. 351

<sup>43</sup> Marx e Engels (1988b), volume 32, p. 656.

<sup>44</sup> Disponível em:

[https://www.marxists.org/francais/marx/works/00/kug/km\\_kug\\_18700328.htm#\\_ftn3](https://www.marxists.org/francais/marx/works/00/kug/km_kug_18700328.htm#_ftn3)

seja preservada. A viragem da guerra franco-alemã de 1870 e o esmagamento da Comuna de Paris, entretanto, fizeram com que o epicentro da revolução se deslocasse para a Alemanha.

O que vemos é que Marx se recusa a generalizar ou a integrar a dinâmica nacional na teoria da revolução para além do caso irlandês (excepto, talvez, na Polónia<sup>45</sup>). O que importa é a análise de situações concretas, caso a caso, que devem reflectir-se sobre a estratégia e definir as táticas, ajustando as posições teóricas segundo dados reais que mudam. Claramente, o seu posicionamento sobre a colonização é ainda pautado pela preocupação da vitória das revoluções e, além disso, pelo advento global do comunismo. Aí está o essencial. Mas, ao não transpor para o Sul essa articulação entre as questões colonial e nacional, Marx detém-se antes da medida plena dos efeitos da colonização sobre a nação oprimida, no limiar de uma ponderação das forças de libertação nacional, que ocuparão a frente da cena ao longo do século seguinte. Cem anos antes das descolonizações afro-asiáticas, a tarefa era árdua.

O facto é que quando Marx se debruçou sobre a primeira vaga de independência das colónias, latino-americanas em especial, o mal-entendido foi terrível. E continua assim até hoje, a julgar pelos comentários que suscita o seu retrato pouco reluzente (e infeliz) de Simón Bolívar. Marx efectivamente diz dele o pior possível. Adiantam-se as fontes de informação muitas vezes insuficientes, tendenciosas, unilateralmente hostis ao Libertador de que dispunha<sup>46</sup>. O argumento é limitado. Marx não era daqueles que os discursos dominantes influenciam e capturara a história do mundo melhor do que muitos contemporâneos. O facto é, porém, que ele não conseguiu avaliar o génio de Bolívar; sem dúvida porque este último havia levantado os seus exércitos rebeldes contra uma Espanha - onde o advento da revolução teria exigido anteriormente, segundo Marx, uma centralização monárquica que faltou na história hispânica, próxima do sistema otomano ou dos regimes asiáticos - em nome é certo dos ideais de repúblicas independentes mas também, no fundo, de uma "federação de nações"<sup>47</sup>. Ou seja a opção que o fundador do marxismo fustigava continuamente para a Europa, rejeitando qualquer perspectiva federalista que se inspirasse no modelo norte-americano.

No entanto, neste tema particular e delicado, como nos outros, é a lógica do raciocínio de Marx que deve ser entendida – mesmo nos seus limites. Analisando a colonização enquanto ascensão indiferenciada ao mundo da esfera mercantil, um certo "cosmopolitismo" eclipsa a entidade nacional, que não pode portanto ser vista como fenómeno político. É preciso matizar, é claro: Marx (e Engels com ele) não fala nos mesmos termos da Argélia, onde mal se esboça

---

<sup>45</sup> Disponível em: <http://www.luttedeclassse.org/marxisme/kmfepc.pdf>

<sup>46</sup> Marx (1999); publicado originalmente na *The New American Cyclopedia* (1858)

<sup>47</sup> Ler aqui: "O tempo e o espaço de Bolívar", in Herrera (2017), p. 7-50

a fonte nacional das resistências<sup>48</sup>, e da China, onde a motivação nacional está apontada, ou mesmo do Afeganistão, percebido como “povo histórico”. Mas, em geral, há incerteza, mesmo desconfiança perante o facto nacional situado fora da Europa. E isso servirá de pretexto a certos marxistas para não esclarecerem a articulação essencial das lutas colonial e nacional.

## **INFLEXÃO N ° 2: HISTÓRIA NÃO LINEAR E SALTOS EM FRENTE**

Uma outra inflexão do pensamento de Marx sobre a colonização intervém a propósito da Rússia. Este país foi durante muito tempo a seus olhos a fortaleza contra-revolucionária, acumulando os defeitos das monarquias absolutas da Europa e do "despotismo asiático". Ele compreendeu também melhor do que muitos observadores as repercussões da expansão territorial russa até ao Pacífico - e a expansão russa é vista ele próprio sob o seu aspecto de colonização terrestre. Mas o mais frequente é o "problema russo" ser colocado em interacção com os acontecimentos na Alemanha e interpretado na óptica das revoluções que estão em ascensão no Ocidente. Pois, em 1858, Marx escreve<sup>49</sup>: "a revolução começou na Rússia". A mudança ocorre com as reformas de 1855-60. Marx entende a transformação do país, a sua efervescência revolucionária, e vários factores levam-no a matizar - sem as dissipar – as suas primeiras críticas: a criação de uma seção anti-Bakunine na Internacional, o sucesso do *Capital* em russo, a leitura de autores russos (Chernyshevsky, Flérovski, etc.), as trocas de cartas com revolucionários ...

Marx é finalmente convidado a pronunciar-se sobre o funcionamento da colectividade aldeã russa (*mir*) e sobre o sistema de propriedade colectiva da terra que os camponeses redistribuíam entre si (*obchtchina*). Em 1881, Vera Zassoulitch pede a Marx a sua opinião sobre o desenvolvimento da Rússia a partir da comuna rural. Ela quer saber se - depois de uma revolução social - o país podia passar directamente ao socialismo. Após três longos rascunhos, Marx responde numa curta carta<sup>50</sup> esclarecendo um mal-entendido quanto à evolução do capitalismo: ele restringe somente à Europa Ocidental a "fatalidade histórica" do processo de separação entre o produtor e os meios de produção, que começou com a expropriação dos camponeses e se desdobra com a propriedade capitalista baseada no assalariamento.

Escreve:

---

<sup>48</sup> Artigo de Marx intitulado "Bugeaud", publicado na *The American Cyclopaedia* em 27 de Novembro de 1857

<sup>49</sup> Disponível em: [https://marxists.catbull.com/archive/marx/works/1858/letters/58\\_10\\_08.htm](https://marxists.catbull.com/archive/marx/works/1858/letters/58_10_08.htm)

<sup>50</sup> Centre d'Études et Recherches Marxistes (1978), p. 318-340 e p. 340-342

*O Capital não oferece razões nem a favor nem contra a vitalidade da comuna rural<sup>51</sup>. O curso fatal das coisas do Capital não se aplica, segundo ele, independentemente das circunstâncias históricas: tudo depende do ambiente histórico<sup>52</sup>.*

Este é o primeiro rascunho. E em continuação:

*A comuna russa pode emergir de suas características primitivas e desenvolver-se como um elemento da produção colectiva a uma escala nacional. Possui na propriedade comum da terra a base da apropriação colectiva, e o seu ambiente histórico, a contemporaneidade do capitalismo, oferece as condições materiais do trabalho em comum. [Sem passar pelo capitalismo], ela pode tornar-se o ponto de partida [do comunismo]<sup>53</sup>.*

Para isso são enumeradas condições no rascunho, sem detalhes. Mas o que Marx diz é já muito: a *obchtchina* é a base para encurtar o tempo histórico necessário para a Rússia, ainda largamente agrária, realizar a sua revolução. Marx acredita nesta revolução. Afirma em 1869: "na Rússia, uma terrível revolução social é inevitável"<sup>54</sup>. O prefácio da segunda edição russa do *Manifesto comunista* (1882) anuncia:

*A Rússia é a vanguarda do movimento revolucionário da Europa.*

E finalmente:

*Se a revolução russa dá o sinal de uma revolução proletária no Ocidente, e se as duas se completam, a actual propriedade colectiva da Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista.<sup>55</sup>*

Para além das hesitações, Marx é muito claro: as vias possíveis de passagem para o socialismo são múltiplas. A história tolera "saltos em frente". É o que já havia escrito em 1877 a Mikhailovsky e à redacção dos *Otechestvenniye Zapisky (Anais da Pátria)*<sup>56</sup>. Dez anos após o Livro I do *O capital*, o ponto culminante das reflexões de Marx surge portanto de uma grande

---

<sup>51</sup> CERM, p. 341

<sup>52</sup> *Idem*, p. 323

<sup>53</sup> *Idem*, p. 325

<sup>54</sup> Carta de Marx de 1870, em Rubel (1969)

<sup>55</sup> Prefácio à 2ª edição russa (1882) do Manifesto, in *Œuvres - Économie I, La Pléiade*, p. 1483-1484

<sup>56</sup> "Carta a Mikhailovsky (1877)", reproduzida em CERM, p. 350

importância teórico-política: a ascensão do capitalismo europeu não pode constituir uma explicação universalizante susceptível de ser aplicada a outras sociedades. Está desde logo entreaberta uma história não linear, não determinista. Toda a tentativa de teorização que procurasse explicar as trajectórias históricas de forma indiferenciada colocar-se-ia fora da história e seria de facto errónea. A crítica que Marx formula aqui, por antecipação, não denuncia apenas o idealismo de uma sequência cronológica simples das formações sociais, mas também, cientificamente, o impasse que uma tal pretensão representa - empreendimento em que ele próprio durante muito tempo esteve tentado a envolver-se, e que agora combate.

### **INFLEXÃO N ° 3: DIFERENCIAÇÃO DAS FORMAÇÕES SOCIAIS**

Marx trabalhará até sua morte na redacção de sua obra central, *O Capital*, para a levar o mais longe possível além do Livro I, o único que ele viu publicado. Mas também dedicou uma energia gigantesca à diversificação de suas investigações, realizadas em todos os campos - incluindo as matemática, a agronomia, etc. Os seus últimos anos foram assim dedicados, entre outras coisas, a pensar as *diferenças* das dinâmicas sociais, no espaço e no tempo. É aí que nos apercebemos de uma terceira inflexão, crucial para o nosso tema, que vai afasta-lo um pouco mais de uma visão rígida, mecanicista - que muitas vezes erroneamente lhe é atribuída - da interpretação das formações sociais.

Quando Marx começou a escrever os seus primeiros textos sobre a colonização na década de 1840, a sua concepção de história aderira, com algumas nuances, às teses clássicas da época: a linha de evolução da humanidade partiria do Oriente, passaria pela Antiguidade Greco-Romana e levaria à civilização moderna da Europa Ocidental. É esta visão - hegeliana - que ele vai descartar, com precaução. Marx estuda efectivamente as comunidades agrárias das sociedades pré-capitalistas, condu-las a uma forma «primária», a "propriedade colectiva primitiva", para daí concluir que formas derivadas, ou intermediárias, subsistem no século XIX, como a comuna rural russa.

Marx explora combinações de hipóteses heterogéneas relativas às formações primitivas, onde as relações de produção se imbricam em outras relações (por exemplo, de parentesco, de comunidade local ...). Diferencia socialmente (nomeadamente ao estudar a urbanização, o exercício do poder, o Estado, etc.) e adensa a análise das formas de propriedade, de dominação, de exploração. E é sobre esta gradação de "desenvolvimentos puramente locais da produção" que a colonização se sobrepõe para mudar a trajectória histórica da sociedade colonizada ("que pode ser qualquer coisa de novo, (...) uma síntese [dos modos de produção do "povo conquistador" e do "povo conquistado"]", produto da sua acção recíproca"<sup>57</sup>, escreve

---

<sup>57</sup> CERM, p. 235

Marx). As suas explicações, em cadernos, são difíceis de interpretar: integram tanto a luta de classes como a malha das forças produtivas - relações de produção, mas tornam-se mais relativas, plurais, polyvalentes, arborescentes. As suas reflexões sobre a colonização devem, portanto, ser recolocadas no centro dessas últimas mutações.

A análise das sociedades colonizadas torna-se hibridização de "formas colectivas de reprodução social". Vemos Marx libertar-se do economicismo, de um determinismo em que, depois dele, tantos "ortodoxos" encerrarão o marxismo. Em suma, Marx rompe com Hegel uma segunda vez, renuncia a relacionar toda evolução ao vector Ásia-Europa Ocidental. Na década de 1840, a sua ruptura com Hegel era incompleta: o devir hegeliano permanecera, embora agora materialista. Marx conservava a antiga visão da história universal desenvolvendo-se do Oriente ao Ocidente, linearmente. Na verdade, essa ruptura ocorre continuamente ao longo da sua vida. É por isso que o tema da colonização é crucial: é um dos lugares onde a relação de Marx com Hegel continuou a fissurar-se, a desfazer-se até ao fim, especialmente no que diz respeito às formações pré-capitalistas e comunidades rurais, quando Marx põe fim à percepção mecanicista da história e rejeita o reducionismo das "marchas forçadas" - seja entre Novembro de 1877 e Fevereiro de 1881, ou seja entre a carta escrita a Mikhailovsky e a dirigida a Zassoulitch. É definitiva esta ruptura? Talvez não tanto, pois a saída para além das fronteiras nacionais empreendida pelo capitalista salda-se, como em Hegel, por um fracasso: o que espera o capital no mercado mundial é ainda e sempre a crise.

## CONCLUSÃO

O importante, entretanto, é compreender que Marx radicalizará continuamente a sua condenação. Basicamente, a colonização não é mais do que um crime. Em 1882, Marx escreve estas palavras ao seu amigo Engels:

*O assassino árabe de um colono, seu patrão, foi executado em uma praça em Sidi-Bel-Abbès frente de uma numerosa multidão. A família obteve permissão para costurar a cabeça antes de enterrar o corpo, o que era um favor pois os colonos pensavam aterrorizar os nativos ao não devolver as cabeças de muçulmanos decapitados que desse modo não poderiam entrar no paraíso de Alá<sup>58</sup>.*

Quando, no final da vida, Marx falará da Argélia, já não acredita no progresso civilizacional trazido pela colonização. A expropriação das terras colonizadas não é mais do que:

---

<sup>58</sup> Ver: Gallissot e Badia, *Marxisme et Algérie*, UGÉ 10/18, Paris, "Le Séjour de Marx à Alger", pp. 287-373

*O grande momento de aceleração da longa pauperização da Argélia que é fundamentalmente a sua história colonial*<sup>59</sup>.

A destruição da sociedade colonizada ocorre realmente no mais profundo da sua razão de ser. Nisso, a crítica do colonialismo por Marx, que vai em *crescendo*, constitui uma transição entre as primeiras atitudes, ambivalentes, que acabam por se diluir, as acusações ainda mais radicais que virão, com Lênine e outros. A actualidade desta reflexão - a ser apreendida em todo o seu alcance e em todas as suas evoluções - é, portanto, gritante: diz-nos em suma que o sistema capitalista, apesar dos avanços de que pode durante algum tempo ter sido portador, não é humanizável, que está em guerra contra toda a humanidade, e que será ultrapassado.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Centre d'Études et de Recherches Marxistes [1978], *Sur les Sociétés précapitalistes - Textes choisis de Marx, Engels, Lénine*, CÉRM, Études sociales, Paris.
- EMMANUEL, A. [1969], *L'Échange inégal*, Maspéro, Paris.
- GALLISSOT, R. & BADIA, G. [1976], *Marxisme et Algérie - Textes de Marx / Engels*, UGÉ 10/18, Paris.
- HEGEL, F. [1995], *Principes de la philosophie du droit*, Éditions Gallimard, Paris.
- HERRERA, R. [2018], « La Colonisation vue par Marx et Engels : évolutions (et limites) d'une réflexion commune », introduction à *Friedrich Engels Karl Marx sur le colonialisme*, p. 7-73, Éditions Critiques, Paris.
- [2017], *Figures révolutionnaires de l'Amérique latine*, Delga, Paris.
- [2014], « Notes sur Jean-Baptiste Say. Conception de l'économie en général et position face à l'esclavage en particulier », *Innovations*, vol. 3, n° 45, p. 135-147.
- [2003], « **Aspects fondamentaux de l'histoire de Cuba : de la conquista à la révolution (1492-1958)** », (Prologue), in Herrera R. (dir.), *Cuba révolutionnaire – Histoire et culture : Histoire et culture*, tome 1, p. 11-75, L'Harmattan, Paris.
- [2001a], « Les Théories du système mondial capitaliste », in Bidet J. et E. Kouvelakis (dir.), *Dictionnaire Marx Contemporain*, p. 201-221, Presses Universitaires de France, Paris.
- [2001b], « Brève Introduction à la théorie de l'État chez Marx et Engels », *Cahier de la Maison des Sciences économiques*, Université de Paris I, disponible sur : <ftp://mse.univ-paris1.fr/pub/mse/cahiers2001/R01001.pdf>.
- MARX, K. [1999], *Bolívar y Ponte*, Sulliver, Cabris.

---

<sup>59</sup> *Ibidem*



- [1980], *Manuscrits de 1857-58*, Éditions sociales, Paris.
- [1977c], *Le Capital* Livre III, Éditions sociales, Paris.
- [1977b], *Le Capital* Livre II, Éditions sociales, Paris.
- [1977a], *Le Capital* Livre I, Éditions sociales, Paris.
- [1961], *Misère de la philosophie*, Éditions sociales, Paris.
- MARX, K. & ENGELS F. [1988a], *Marx-Engels Werke*, band 7, Dietz Verlag, Berlin.
- [1988b], *Marx-Engels Werke*, band 32, Dietz Verlag, Berlin.
- [1978], *Textes sur le colonialisme*, Éditions en langues étrangères, Moscou.
- [1968], *L'Idéologie allemande*, Editions sociales, Paris.
- [1965], *Le Manifeste du Parti communiste*, dans *Œuvres - Économie I*, La Pléiade, Gallimard, Paris.
- RUBEL, M. [1969], *Écrits sur le tsarisme et la commune russe*, Droz, Genève.